

Dilma diz que redes sociais têm sido palco de discriminação e preconceito

(G1, 07/04/2015) Presidente discursou nesta terça (7) durante evento no Palácio do Planalto. Ela defendeu que haja tolerância e respeito entre os usuários da internet.

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta terça-feira (7) durante o lançamento de ações de combate à violação de direitos humanos na internet que as redes sociais têm sido usadas como “palco” para publicações de mensagens de discriminação e preconceito. Na avaliação da presidente, algumas pessoas têm usado a liberdade de expressão no ciber espaço para desrespeitar as pessoas. No discurso, ela defendeu que haja tolerância e respeito entre os usuários.

Clique na imagem para assistir o vídeo:



“No Brasil, as redes sociais têm sido palco de manifestações de caráter ofensivo, preconceituoso, discriminatório e de grave intolerância, escondidas

no anonimato que as redes sociais permite ou o distanciamento que promovem. Algumas pessoas se sentem à vontade para expressar todo tipo de agressão e mentiras, de ferir a honra e a dignidade de outras pessoas”, disse a presidente.

“Como extensão da nossa vida real, o mundo virtual, a internet deveria também ser regida pelas mesmas regras éticas, comportamentais e de civilidade que nós queremos que ocorram na sociedade, no nosso dia a dia. No entanto, não é isso que vem ocorrendo”, completou. Em uma fala que durou pouco mais de 15 minutos, a presidente disse ainda que o “desafio” do governo e da sociedade é tornar a internet um local de “humanidade”, no qual as pessoas se sentirão respeitadas e valorizadas

Clique na imagem para assistir o vídeo:



A uma plateia formada por ministros, parlamentares e pessoas ligadas a órgãos e empresas ligadas à internet, Dilma afirmou também que o governo tem tarefa “urgente” de conciliar as liberdades de expressão e informação, “tão caras”, com a preservação dos direitos individuais e o combate à discriminação e ao incentivo à violência.

“Embora estejamos amparados por uma extensa e eficiente legislação, inclusive pela nossa Constituição que garante direitos individuais, nós ainda

registramos condutas - tanto na vida do dia a dia, a chamada vida offline, como na vida como usuários, a vida online - que são ofensivas e que não só são ofensivas a terceiros mas são, francamente, ilegais”, declarou a presidente.

Ações

O pacote de ações lançado nesta terça prevê três “eixos” para as medidas que serão adotadas no combate à violação de direitos humanos na internet, como a pornografia infantil, discriminação, homofobia, racismo e preconceito contra a mulher.

Entre as ações, estão o lançamento de um portal por meio do qual será possível denunciar violações de direitos na web; divulgação de dicas de segurança para os usuários da rede mundial de computadores; e parcerias com empresas para fazer com que o ambiente virtual seja “livre de violações”.

Segundo o governo, 85,9 milhões de brasileiros têm acesso à internet, o que faz com que o país ocupe o terceiro lugar no ranking mundial de acesso à rede. “Se cada usuário fizer sua parte, a internet se tornará um lugar ainda melhor, e é o que queremos” diz a propaganda institucional do governo.

Estas ações constarão de portaria assinada nesta terça pelos ministros Ideli Salvatti (Direitos Humanos), José Eduardo Cardozo (Justiça), Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres), Nilma Gomes (Igualdade Racial), Renato Janine Ribeiro (Educação) e Ricardo Berzoini (Comunicações).

Filipe Matoso

Acesse no site de origem: [Dilma diz que redes sociais têm sido palco de discriminação e preconceito \(G1, 07/04/2015\)](#)

Governo lança ações para combater violação de direitos humanos na web

(G1, 07/04/2015) Entre as ações está o lançamento de um site, o HumanizaRedes, no qual a população poderá fazer denúncias de crimes como pedofilia e discriminação na internet e ter acesso a serviços públicos que orientem sobre os diversos tipos de violação, semelhante ao Disque 100. As ações do plano de combate à violação de direitos humanos na internet constarão de portaria assinada pelos ministros Ideli Salvatti (Direitos Humanos), José Eduardo Cardozo (Justiça), Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres), Nilma Gomes (Igualdade Racial), Renato Janine Ribeiro (Educação) e Ricardo Berzoini (Comunicações).

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Governo lança ações para combater violação de direitos humanos na web \(G1, 07/04/2015\)](#)

“Regras do mundo real devem valer para a internet”, declara Ideli Salvatti

(EBC, 07/04/2015) A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, defendeu hoje (7) que as regras do mundo real têm que valer para o ambiente virtual, durante o lançamento do Pacto pelo Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet.

“A cultura da paz, do respeito, da solidariedade e da valorização da vida tem que valer e ser prioridade no mundo real e também no mundo virtual. Se é

crimeoffline, também é crime online. A regra social que deve ser respeitada na rua deve ser respeitada também na rede. Se no [mundo] real não pode, no [mundo] virtual também não. Até porque a separação entre essas duas situações é cada vez mais tênue”, disse Ideli.

O governo federal lançou hoje campanha nas redes e nas mídias para combater o racismo, a homofobia, pornografia infantil, violência e discriminação contra as mulheres e a intolerância religiosa.

A principal iniciativa do pacto é o site [Humaniza Redes](#) que conta com canal de denúncias para crimes online que violem os direitos humanos. As denúncias serão encaminhadas às empresas provedoras de serviços na internet e à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

A ministra lembrou que casos de suicídio ou tentativa de suicídio de adolescentes provocados pelo cyberbullying ou imagens e vídeos de violência sofrida por crianças, jovens, mulheres, pessoas negras, pobres, LGBT, por pessoas com deficiência são situações inadmissíveis.

A portaria interministerial do pacto foi assinada pelos ministros da Educação, Renato Janine; da Justiça, José Eduardo Cardozo; das Comunicações, Ricardo Berzoini; da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti; da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Nilma Gomes.

Ana Cristina Campos e Luana Lourenço

Acesse no site de origem: [“Regras do mundo real devem valer para a internet”, declara Ideli Salvatti \(EBC, 07/04/2015\)](#)

Dupla sertaneja faz apologia ao revenge porn: “Vou jogar na internet”

(Correio Braziliense, 07/04/2015) O clipe da dupla goiana, Max e Mariano, publicado no Facebook na segunda-feira (6/4), criou revolta na web por fazer apologia ao revenge porn, ou seja, a divulgação de fotos ou vídeos íntimos de alguém, sem consentimento, por vingança. O clipe da música mostra um casal que termina e a mulher segue em frente. Por vingança, o ex-namorado espalha nas redes sociais vídeos íntimos do casal - gravados sem consentimento dela, segundo o clipe deixa a entender.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Dupla sertaneja faz apologia ao revenge porn: “Vou jogar na internet” \(Correio Braziliense, 07/04/2015\)](#)

Fórum Mundial de Governança da Internet da ONU (IGF) recebe propostas de workshops até 30 de março

(IGF, 12/02/2015) O Fórum Mundial de Governança da Internet da ONU (IGF) será realizado este ano em João Pessoa, de 10 a 13 de novembro de 2015. O tema geral do fórum este ano, proposto pelo Brasil e aceito pelo comitê organizador (MAG), é “Evolution of Internet Governance: Empowering Sustainable Development” (Evolução da Governança da Internet: Fortalecendo o Desenvolvimento Sustentável). Este tema relaciona-se

especialmente às metas de desenvolvimento sustentável que são o novo foco da agenda de desenvolvimento da ONU, a partir das metas do milênio.

As atividades serão realizadas em torno de oito subtemas:

- Cybersecurity and Trust / Cibersegurança e Confiança;
- Internet Economy / Economia da Internet;
- Inclusiveness and Diversity / Inclusão e Diversidade;
- Openness / Abertura;
- Enhancing Multistakeholder Cooperation / Aprimorando a Cooperação Multissetorial;
- Internet and Human Rights / Internet e Direitos Humanos;
- Critical Internet Resources / Recursos Críticos da Internet;
- Emerging Issues / Temas Emergentes.

O portal do IGF é <http://www.intgovforum.org>

As propostas de seminários (“workshops”) devem referir-se a esses subtemas. Quem estiver interessada/o em organizar seminários deve ler as dicas nesta página:

<http://www.intgovforum.org/cms/workshop-proposals>

O prazo para entrega de propostas de seminários é 30 de março.

Acesse no site de origem: [Fórum Mundial de Governança da Internet da ONU \(IGF\) recebe propostas de workshops até 30 de março \(IGF, 12/02/2015\)](#)

Vitória da neutralidade nos EUA, editorial d'O Estado de S. Paulo

(O Estado de S. Paulo, 01/03/2015) O princípio segundo o qual não pode haver nenhum tipo de obstáculo ao tráfego de dados e informações na internet - a neutralidade da rede - felizmente prevaleceu no debate normativo travado nos Estados Unidos. Por 3 votos a 2, uma votação apertada que confirma o caráter polêmico do tema, a Comissão Federal de Comunicações (FCC, na sigla em inglês), que regula a internet no país, aprovou um conjunto de regras que, na prática, impedem que as empresas provedoras desse serviço reduzam a velocidade da transmissão de dados segundo critérios comerciais.

A decisão, que envolve tanto o serviço de internet por cabo como aquele fornecido por redes sem fio (Wi-Fi), representa uma importante vitória para os que defendem que a internet não deve ser objeto de nenhuma restrição, seja ela de natureza política, como no caso das ditaduras, ou econômica, quando é submetida a pedágios.

A controvérsia era particularmente forte nos EUA, onde as empresas de telecomunicações exerceram pesado lobby no Congresso para que fossem reconhecidas como empresas comerciais de informação e, assim, tivessem a liberdade de regular o acesso ao conteúdo transmitido, conforme determinadas tarifas. O argumento das teles é que essas limitações já existem, por exemplo, no serviço de TV por cabo, que oferece pacotes diferentes de programação, de acordo com o valor pago pelo cliente.

Algo semelhante aconteceu no Brasil, durante as discussões sobre o Marco Civil da Internet, mas a tese das empresas de telecomunicação foi derrotada. A versão do projeto que prevaleceu no Congresso, após cinco anos de tramitação, manda que as teles ofereçam a seus usuários a velocidade de conexão que foi contratada, seja qual for o conteúdo que esses clientes resolvam acessar. Assim, o Brasil saiu na frente nesse importante debate, e o Marco Civil representa a ideia de que nenhum argumento é válido para dificultar a circulação de informações na sociedade.

Já nos Estados Unidos, as teles vinham obtendo vitórias judiciais - os tribunais entendiam que essas empresas não forneciam serviços de telecomunicações, e sim de informações (tráfego de dados), o que as tirava do âmbito normativo da FCC. Isso obrigou a FCC a se posicionar de forma definitiva sobre o assunto.

O tema, como era previsível, acabou polarizando a comissão, que é supervisionada pelo Congresso americano e tem representantes dos partidos Democrata e Republicano, indicados pelo presidente da República. O placar da votação expressou essa divisão: os três democratas votaram a favor; e os dois republicanos, contra.

Antes que a comissão se reunisse, o presidente Barack Obama entrou no debate e pediu, em novembro do ano passado, que a neutralidade fosse transformada em norma, porque, conforme discursou, a internet tem de ser vista como um serviço de utilidade pública. Logo, assim como as empresas de energia não podem diferenciar seus clientes segundo o uso que fazem da eletricidade que recebem, as companhias de telecomunicação, disse Obama, não podem “restringir o acesso ou escolher quem ganha e quem perde no mercado online de serviços e ideias”.

Para as teles, a neutralidade prejudica sua capacidade de investimento em novas tecnologias e na ampliação de sua capacidade. Por esse raciocínio, já que todos os clientes devem receber os dados que quiserem independentemente da velocidade que contrataram, não há sentido em perseguir metas de melhoria de desempenho. Ademais, dizem essas empresas, há o risco de que o órgão regulador interfira também em suas políticas de preço.

Ajit Pai, um dos comissários republicanos da FCC, disse que as novas regras significam que o governo estará se intrometendo em um mercado que já é bastante competitivo e vibrante. “Não há nenhum problema a resolver”, alegou ele. Mas o presidente da comissão, o democrata Tom Wheeler, definiu exatamente qual é o ponto central da discussão, ao dizer que o acesso à internet é “importante demais para deixar que suas regras sejam determinadas pelos provedores”.

Acesse o PDF: [Vitória da neutralidade nos EUA, editorial d'O Estado de S. Paulo \(O Estado de S. Paulo, 01/03/2015\)](#)

Internautas se mobilizam em 'defesa de todas as famílias'

(O Estado de S. Paulo, 24/02/2015) 'Facebookaço' e 'tuitaço' foram marcados para as 12h; depoimento de jornalista sobre a adoção do filho marcou apoio ao ato

Milhares de pessoas participaram nesta terça-feira, 24, de um "facebookaço" e de um "tuitaço" contra o Projeto de Lei 6.583, chamado de Estatuto da Família, que pretende oficializar como "família" apenas núcleos formados a partir da união entre um homem e uma mulher. Apresentado em 2013 pelo deputado evangélico Anderson Ferreira (PR-PE), o projeto acaba de ser desarquivado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e tem por objetivo impedir que casais homossexuais adotem crianças.

Leia mais: [Rejeitado por heterossexuais 'por ser negro demais', menino é adotado por casal gay \(Brasil Post, 24/02/2015\)](#)

A partir do meio-dia desta terça, internautas de todo o País lançaram a iniciativa nas redes sociais usando a hashtag #emdefesadetodasasfamílias. O intuito era mostrar que a família não é formada apenas por casais heterossexuais.

Ao blog do Estado Ser mãe é padecer na internet, de Rita Lisauskas, o jornalista Gilberto Scofield Jr. divulgou um depoimento sobre a adoção de seu filho, que havia sido rejeitado por três casais heterossexuais.

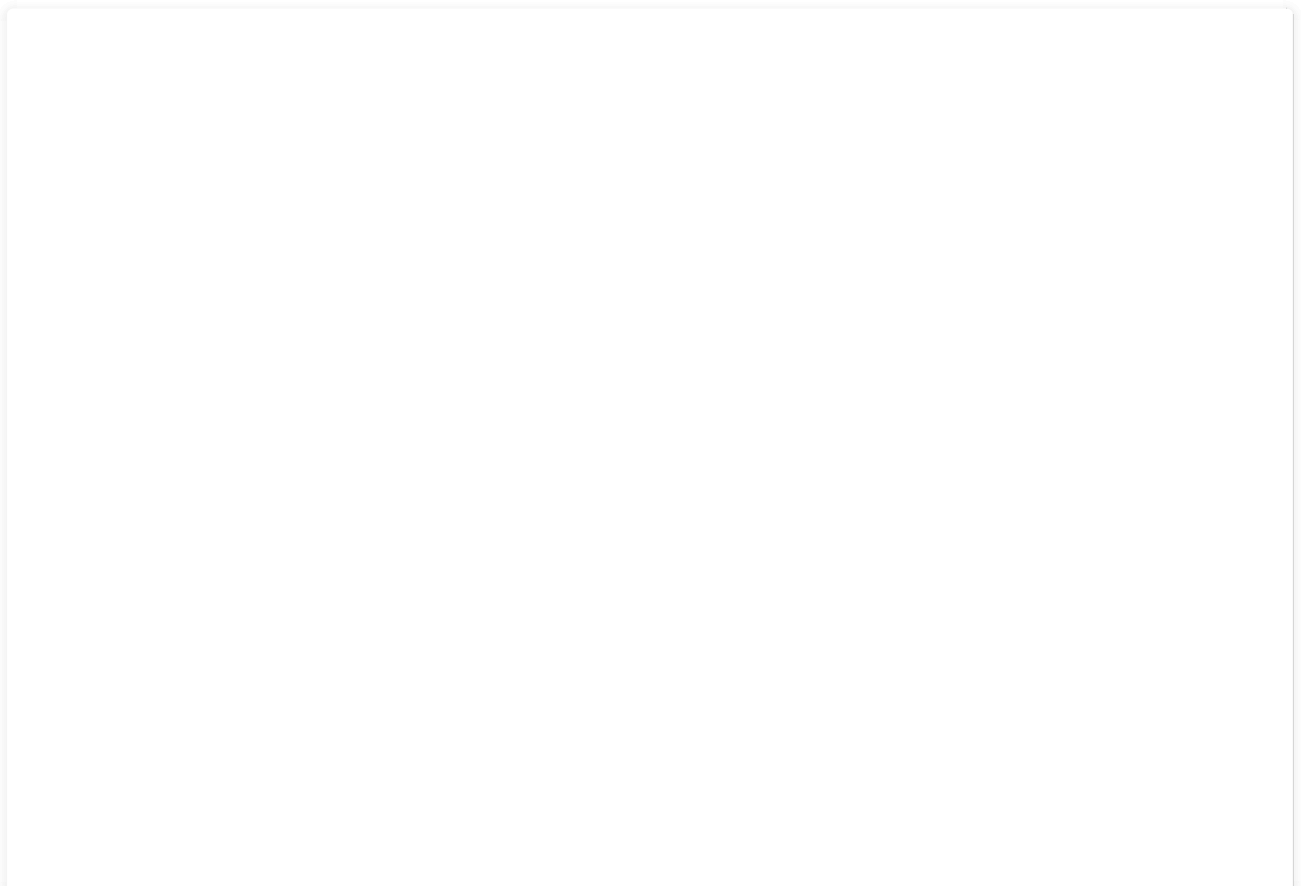
"Antes de nós, três casais heterossexuais já haviam visitado PH no abrigo e o rejeitaram: dois porque o acharam 'muito feio'. O terceiro porque PH era

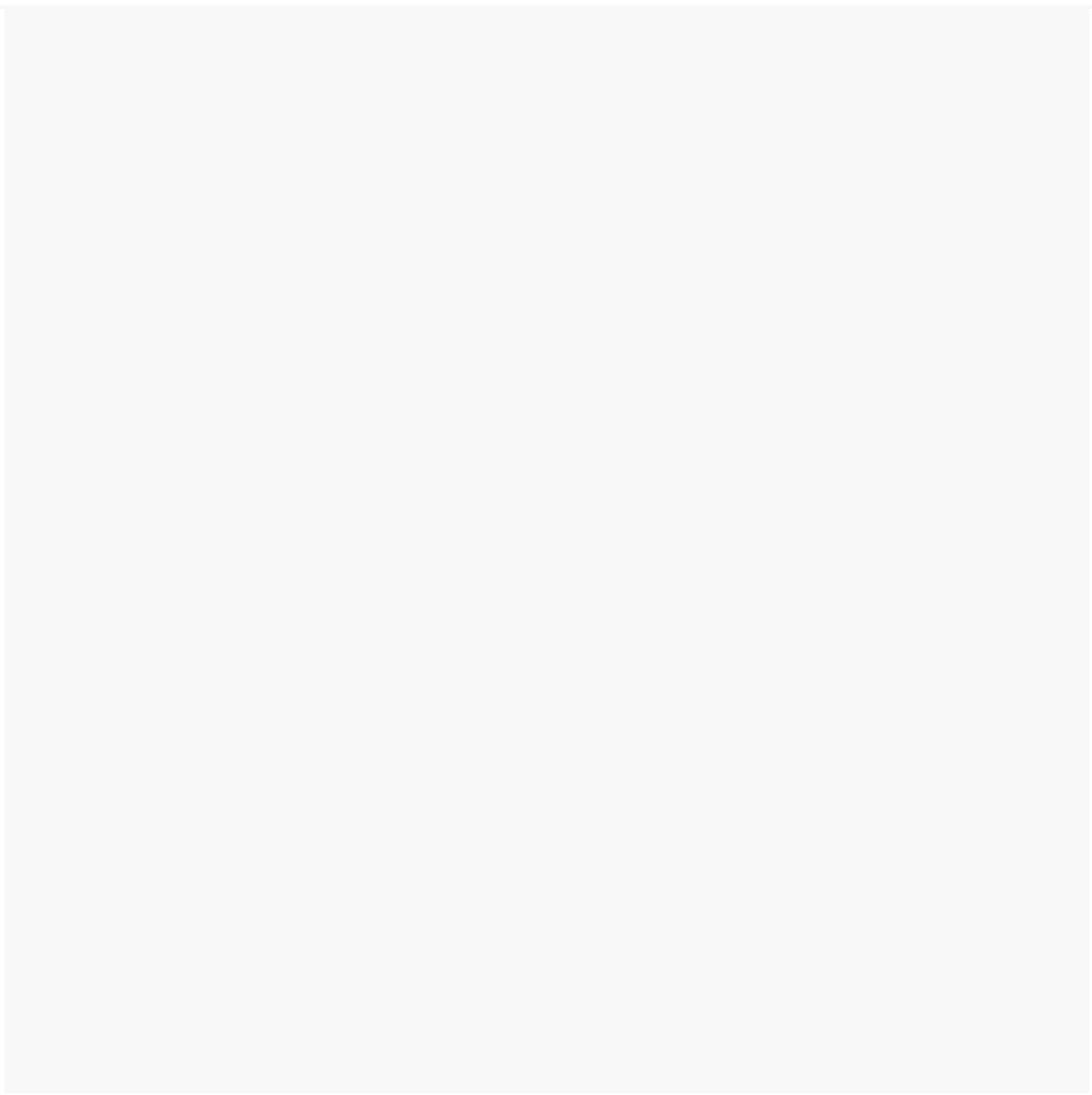
‘negro demais’. Hoje, completamos quatro meses com ele no Rio, em nossas vidas. Ele está em um pré-escolar, frequenta aulas de natação e ginástica e não poderia estar mais feliz com as novidades da nova vida”, afirmou Scofield Jr.

O jornalista recorda que existe farta literatura científica provando que crianças criadas por casais homossexuais não diferem em nada daquelas criadas por casais heterossexuais.

Ele ainda manda um recado para o presidente da Câmara dos Deputados. “A paternidade virtuosa não é um monopólio da heterossexualidade. E, caso a sua religião não pregue a tolerância (Cunha é evangélico), preste atenção a um fato muito simples: toda criança adotada por um casal de gays ou de lésbicas foi abandonadas, espancada, negligenciada por um casal heterossexual, esse mesmo que o senhor julga ser o único capaz de criar filhos ‘normais’.”

Entre os apoiadores e participantes da iniciativa nas redes sociais estavam o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o escritor Ricardo Lísias e o estilista e designer Carlos Tufvesson.





#emdefesadetodasasfamílias

Uma foto publicada por Tatiane (@tatydoliveira) em Fev 24, 2015 às 10:34 PST

Se tem amor, não falta nada [#emdefesadetodasasfamílias](#) — Isabela Clerot (@belaclerot) [24 fevereiro 2015](#)

[#emdefesadetodasasfamílias pic.twitter.com/rdENGjH6Gv](#)

— Priscila Lopes (@priscila0pes) [24 fevereiro 2015](#)

Não acredito que em pleno século 18 estamos falando sobre proibir gays de formarem uma família... [#emdefesadetodasasfamílias](#)

— Paulo Eduardo (@paulo_cantuaria) [24 fevereiro 2015](#)

[#emdefesadetodasasfamílias](#) Até quando vamos deixar conceitos e repressões religiosas oprimirem o que é de fato... <http://t.co/jWjsV80YHf>

— William Koike (@willkoike) [24 fevereiro 2015](#)

[#emdefesadetodasasfamílias](#) pic.twitter.com/sIERW3n5XN

— Suylene Tatiany (@SuyleneTatiany) [24 fevereiro 2015](#)

*[#emdefesadetodasasfamílias](#) Pq independente da opção d constituir família, importante é arcar com muito amor a decisão!
pic.twitter.com/g9g1tR8YNK*

— Show Time (@superrrita) [24 fevereiro 2015](#)

Mônica Reolom

Acesse o PDF: [Internautas se mobilizam em 'defesa de todas as famílias' \(O Estado de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

Mensagens ofensivas on-line

servem como prova e não devem ser apagadas

(Folha de S. Paulo, 24/02/2015) “A Justiça brasileira aceita plenamente provas eletrônicas”, afirma a advogada Gisele Truzzi, que é especialista em direito digital para mulheres que sofrem agressões virtuais. Elas não devem apagar as mensagens de ameaça, que podem servir como prova em um boletim de ocorrência ou futuro processo na Justiça.

Leia mais: [Mulheres sofrem ameaças de estupro ao defender feminismo na internet \(Folha de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Mensagens ofensivas on-line servem como prova e não devem ser apagadas \(Folha de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

Mulheres sofrem ameaças de estupro ao defender feminismo na internet

(Folha de S. Paulo, 24/02/2015) Mulheres relatam série de ameaças, assédio e abuso na internet e em redes sociais após defenderem temas feministas como o fim da violência contra a mulher e do estupro. Mulheres jovens são as que mais sofrem perseguição e assédio na internet, segundo pesquisa do instituto americano Pew Research Center publicada em outubro do ano passado. No estudo, 25% das mulheres entre 18 e 24 anos reportaram terem sido assediadas.

Leia mais: [Mensagens ofensivas on-line servem como prova e não devem ser](#)

[apagadas \(Folha de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Mulheres sofrem ameaças de estupro ao defender feminismo na internet \(Folha de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)

2º ENDC: encontros preparatórios agendados para março

(FNDC, 23/02/2015) Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro e a região Nordeste realizarão seus encontros no mês de março. O II ENDC acontecerá entre os dias 10 e 12 de abril

Três estados e o Distrito Federal já definiram datas e formato dos eventos preparatórios ao 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC): Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco. Os encontros serão realizados em março e deverão reunir militantes pela democratização da comunicação, jornalistas, estudantes e pesquisadores.

As discussões acontecem numa conjuntura de embates cada vez mais profundos entre os defensores do aprofundamento da democracia brasileira e os porta-vozes dos grandes oligopólios e monopólios midiáticos. O principal objetivo dos eventos é mobilizar a sociedade para ampliar a discussão sobre a democratização da comunicação, totalmente deturpada pelos grandes grupos empresariais de mídia, políticos e grupos conservadores.

O I Encontro Nordestino pelo Direito à Comunicação (I ENeDC) - Somando vozes pela liberdade de expressão! é organizado de forma coletiva pelo Centro de Cultura Luiz Freire, Fórum Pernambucano de Comunicação/FNDC-PE e diversas entidades parceiras por todo o Nordeste. Será realizado na

Universidade Católica de Pernambuco, em Recife, de 12 a 14 de março.

O Encontro Paranaense pelo Direito à Comunicação (EPDC), organizado pela Frente Paranaense pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (Frentex-PR), acontecerá em Curitiba, no dia 14 de março. O local ainda não foi definido, mas as inscrições estão abertas. De acordo com os organizadores, o evento é o carro-chefe das estratégias que a Frentex-PR planeja para 2015 e seu principal intuito é mobilizar militantes de todo o estado em torno da bandeira e pautar a democratização da comunicação junto aos demais movimentos.

O encontro tem como tônica a desconstrução da retórica da censura usada pelas grandes corporações da mídia para turvar o debate sobre a regulação e a compreensão sobre o atual cenário político agravado pelo vazio regulatório ou pelo conjunto de leis caducas que orientam a comunicação no Brasil.

A programação do encontro contará com uma primeira mesa pela manhã, responsável pela exposição sobre a conjuntura nacional e estadual sobre a luta pela democratização da mídia. Durante a tarde estão planejados grupos de discussão sobre temas diversos, como mídia pública, marco civil da internet, cultura, mídia e violação de direitos humanos, comunicação popular e comunitária, entre outros. A programação completa será divulgada em breve pelas mídias da Frentex-PR.

As entidades organizadoras do 1º Encontro Candango pelo Direito à Comunicação (ECaDC), no DF, e do encontro do Rio de Janeiro, ainda não definiram as programações. O 1º ECaDC será realizado no Sindicato dos Jornalistas do DF (SJPDF), das 9h30 às 18h, com participação livre (sem inscrição prévia). No RJ, as inscrições deverão ser abertas em breve.

Encontro Nacional

O 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC) está marcado para os dias 10, 11 e 12 de abril, em Belo Horizonte (MG). O evento reunirá militantes de movimentos sociais, sindicais, estudantes, ativistas e cidadãxs interessadxs no direito à comunicação. A data e o local escolhidos colocam o encontro no calendário de eventos da Semana Estadual pela Liberdade de

Expressão, pela Democratização dos Meios de Comunicação e pelo Direito à Informação, instituída pela Lei Estadual 20.818/13. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entidade organizadora do evento, divulgará as inscrições nos próximos dias.

Serviço

I Encontro Nordestino pelo Direito à Comunicação (ENeDC)



Data: 12 a 14 de março de 2015

Local: Universidade Católica de Pernambuco (Recife-PE) **Inscrições:** https://docs.google.com/forms/d/1ka9NG1tpVcNf7TWTZqf8e6t-O_M5OUtzSxlsMCQgvsE/viewform?edit_requested=true

Dúvidas e informações: comunicacaoenedc@gmail.com e www.facebook.com/encontroNe

Encontro Paranaense pelo Direito à Comunicação (EPDC)



Data: 14 de março de 2015

Horário: 9h às 17h30

Local: a ser definido (Curitiba-PR)

Inscrições: <http://migre.me/oJs1G>

Acompanhe as atualizações do EPDC em frentexpr.redelivre.org.br ou pela página www.facebook.com/FrentexPR